



# CODESRIA

**12th General Assembly**  
Governing the African Public Sphere

**12e Assemblée générale**  
Administrer l'espace public africain

**12a Assembleia Geral**  
Governar o Espaço Público Africano

ةي عمجل ةي مومعلا ةي ناثلا رشع  
حكم الفضاء العام الإفريقي

## **O Público e o Privado e o Papel Social das Universidades em África**

**Teresa Cruz e Silva**  
**University Eduardo Mondale**



07-11/12/2008  
Yaoundé, Cameroun

## **Introdução**

O convite que me foi endereçado pelo Comité Executivo do CODESRIA para proferir uma intervenção no âmbito da Conferência Claude Ake, durante a 12<sup>a</sup>. Assembleia Geral do Conselho, ao mesmo tempo que me honra, coloca-me perante um desafio imenso.

Honra-me em primeiro lugar, porque me permite pagar um humilde tributo a uma figura de destaque intelectual cujo renome há muito ultrapassou as fronteiras do continente para se tornar universal. O seu exemplo de cidadania e a sua fineza de análise, transformaram a luta que guiou o seu trabalho para alcançar o sonho de construção de uma sociedade mais justa e igualitária, num modelo para outras gerações. Honra-me igualmente este convite, porque esta conferência é também um tributo que o CODESRIA e todos os seus membros prestam a um dos seus mais dilectos filhos, que dedicou a sua vida académica em prol do avanço das ciências sociais, para isso desafiando os seus colegas na procura permanente de soluções viáveis para os problemas africanos. Claude Ake foi um dos timoneiros do CODESRIA no exercício das suas funções de Presidente do Conselho, entre 1986 e 1989.

Trazer para reflexão e debate as instituições de ensino superior, particularmente as universidades no continente africano e o seu papel social, coloca ainda sobre mim uma grande responsabilidade. Primeiro, porque estamos numa altura em que já muito se escreveu sobre a crise que as universidades africanas têm vindo a enfrentar (Brock-Utne, 2003; Mama, 2003; Mamdani, 2007; Olukoshi & Zeleza, 2004; Sall, Lebeau & Kassimir 2003; Sawyerr, 2004; Zeleza, 2003), tal como a maioria das universidades do Sul. Segundo, depois que o Comité Executivo do CODESRIA decidiu atribuir a responsabilidade da Conferência Claude Ake, durante as Assembleias Gerais do Conselho ao Presidente em finais de mandato, a expectativa é que o orador seja capaz, com a clareza que este tipo de intervenções permite, levantar questões de relevo sobre o papel que o CODESRIA tem vindo a desempenhar no desenvolvimento do ensino e da pesquisa nas áreas de humanidades e ciências sociais, no sentido de ultrapassar a crise das universidades africanas, e a forma como interroga o futuro na sua relação com a comunidade académica. E uma vez que discutir o papel social da universidade em África é também fazer uma radiografia da nossa comunidade de pesquisadores, é evidente que os dois temas podem caminhar de mãos dadas.

O pano de fundo do tema que preside às discussões científicas da 12<sup>a</sup>. Assembleia Geral do CODESRIA: *Governando a Esfera Pública em África*, certamente sairá enriquecido

deste encontro, quer pelos assuntos discutidos até agora quer pelas outras abordagens de carácter teórico-metodológico que os próximos painéis e sessões plenárias ainda prometem oferecer. Ele permite-nos ainda revisitar o conceito esfera pública em África no contexto das mudanças sociais, económicas e políticas mundiais que marcaram a conjuntura do continente nas últimas décadas do Sec. XX e no decorrer do século XXI. Neste processo, a reordenação capitalista provocou mudanças profundas que afectaram a esfera pública e o papel tradicional do Estado, alimentando justificadamente os debates académicos em torno do público e do privado, do estreitamento da esfera pública e do papel do Estado. O domínio neoliberal e a priorização da esfera privada regida pelo mercado têm impactos profundos sobre os modelos de educação, produzindo alterações no papel social das instituições de ensino superior no continente africano.

Se tomarmos como ponto de partida que a esfera pública representa uma dimensão do social e que actua como mediadora entre o Estado e a sociedade, na qual o público se organiza como portador da opinião pública (Habermas), não podemos ignorar o papel que as instituições de ensino superior desempenham como actores da esfera pública, e muito em particular as universidades públicas<sup>1</sup> no continente africano. Sendo as universidades um centro por excelência de debate de ideias, devendo espelhar a imagem das sociedades onde se inserem, elas são duplamente desafiadas, por um lado pelo Estado por fazerem parte do seu aparelho, por outro lado, pela sociedade, pelos fins e objectivos que norteiam a sua criação. A universidade aparece-nos assim de forma incontornável no cerne das discussões mais actuais que se fazem entre o público e o privado, onde sob a racionalidade capitalista e privada que se expressa na redução do público e na expansão do privado, as políticas públicas, especialmente as viradas para o ensino superior aparecem direccionadas para responder à configuração do sistema capitalista. Neste sentido, as tendências apontam para uma diminuição cada vez maior da responsabilidade do Estado sobre este sector. Recuperando o pensamento de Habermas, quando trata a esfera pública fora de um espaço inocente, estamos assim a tratar de um espaço sob o controlo das ideias dominantes do nosso tempo.

Apesar das enormes adversidades a que as instituições africanas de ensino superior têm que fazer face, como produtoras de conhecimento, elas continuam a desempenhar um papel vital e inovador para o desenvolvimento do continente. A questão que se coloca é

---

<sup>1</sup> A nossa análise relativa a universidades africanas tem como base a universidade pública.

saber se a universidade estará realmente preparada para enfrentar tantos desafios, dado o seu papel social, e se a comunidade académica estará capaz e preparada para fazer face à crise que alimenta a universidade africana, cuja identidade tem sofrido vários abalos. Começaremos por abordar brevemente o caminho percorrido pela moderna universidade africana no século XX, identificando ao mesmo tempo os desafios enfrentados neste processo de construção e crescimento. Discutiremos em seguida o papel social das universidades em África frente a desafios da nova esfera pública, assim como o papel que o CODESRIA jogou ou pode vir ainda a desempenhar para estimular e/ou reforçar um projecto pedagógico fundado na indissociabilidade do ensino e da pesquisa.

### **1- Os desafios dos Últimos vinte anos e a Reconfiguração da Vida nas Universidades do Século XXI**

A reordenação capitalista ocorrida nas últimas décadas do século XX e seus impactos provocaram transformações ao conjunto da sociedade global, afectando directamente a esfera pública. Com a privatização da esfera pública tenta criar-se um novo modelo de cidadania e emerge uma nova ética regida pelos interesses do mercado, que acarreta consigo um modelo de sociedade cada vez mais excludente. A velocidade com que se fazem sentir os impactos das alterações socio-económicas e culturais afectam as diferentes rotinas sociais em diferentes graus, de acordo com os contextos em que se inserem. A crescente importância do conhecimento e a sua aplicabilidade tecnológica transformada em mercadoria, afectam directamente e de forma muito rápida a identidade da instituição universitária, por um lado como produtora de conhecimento, por outro lado pelo seu papel como formadora de pesquisadores que trabalham no campo da produção da ciência e tecnologia. O advento do neoliberalismo produz assim alterações na base produtiva por meio do desenvolvimento científico, globalização da economia e redefinição do público e do privado. A educação procura ajustar-se às transformações económicas, aparecendo como mediadora das políticas de ciência e tecnologia e ao serviço da competitividade no mercado mundial onde as ciências exactas são colocadas em primeiro plano no financiamento da pesquisa, em detrimento das ciências sociais e das humanidades. Nestas situações, crescem as tentativas de manipulação das “outras ciências” para que elas produzam descrições folclorizadas da “dimensão social” dos impactos causados pelas políticas neoliberais.

## **Universidade Desenvolvimentista e o Assalto das Agências Financiadoras Internacionais**

Estudos recentes versando as instituições do ensino superior no continente (Olukoshi & Zeleza, 2003; Swayerr, 2004; Mamdani, 2007) mostram-nos que se percorrermos o itinerário da história da implantação e evolução do ensino superior em África, com raras exceções, como são por exemplo os casos da África do Norte e da África do Sul, fica evidente que a maioria das universidades nasceram entre finais da queda dos regimes coloniais e nos períodos pós-independência. Tendo sofrido um notável processo de crescimento e expansão desde essa época, este desenvolvimento está mesmo assim longe de responder às demandas existentes (Sawyer, 2004). No processo de criação do ensino superior em África, países há que por alturas da independência tinham apenas uma universidade nacional que representava, para tomar de empréstimo as palavras de Mahamood Mamdani, mais um símbolo nacional ao lado da bandeira, do hino e da moeda nacionais (Mamdani, 2007:256). Havia ainda as universidades de carácter regional, e países ainda, mesmo que em número reduzido, que apenas em finais da década de 90 do século XX e ao longo do século XXI implantaram as suas primeiras escolas superiores e universidades públicas. Estamos a tratar assim, na maioria dos casos, de universidades públicas que emergiram não só para responder aos programas dos governos nacionalistas de desenvolvimento do continente, apelidadas por isso de “developmental universities”, como ainda tendo por objectivo a descolonização do pessoal e do curriculum, sendo o grosso do seu financiamento feito pelo orçamento do Estado (Sawyer, 2004; Shivji, 2005; Mamdani, 2007).

As políticas públicas viradas para o sector da educação, são de certo modo produto dos contextos económicos, políticos e sociais das sociedades em que se inserem o que implica consequentemente, que elas não podem ser avaliadas fora dos impactos que as mudanças que se operam a nível global têm sobre as economias, e dos processos ideológicos e sociais que se operam a nível local.

Nos meados dos anos 80, com a imposição das políticas neoliberais os governos nacionais dos países africanos ficaram encurralados pelas exigências das instituições financeiras internacionais que os obrigaram a aplicar novas directivas políticas e económicas. A expansão do capital financeiro em busca de mercados e a aplicação de um programa de ajustamento estrutural, imprimiram o modelo neoliberal de desenvolvimento económico a ser implementado pelos governos nacionais nas décadas seguintes. Este processo conduziu não só às reformas económicas mas também às

reformas do Estado, dos serviços sociais públicos, como saúde e educação, por forma a que as instituições nacionais fossem colocadas ao serviço do capital. É assim que, como consequência das grandes mudanças que se operam nas políticas públicas para a educação no continente africano, neste período, as universidades ficaram reféns das agências financiadoras internacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, destacam-se os períodos seguintes a meados de 1980 e durante a década de 1990, como consequência da imposição do capitalismo neoliberal.

O encontro de reitores realizado em Harare em 1986, onde o Banco Mundial considerou a educação superior um luxo a que os países africanos não estavam preparados para fazer face, pode ser considerado um marco fundamental no processo que se segue de desinvestimento das instituições de ensino superior no continente africano, por parte das agências financiadoras internacionais por um lado, e por parte do Estado pelo outro.

As linhas do Banco Mundial referentes ao sector de educação foram instrumentais para o desenhar das políticas públicas educacionais nacionais nos anos que se seguiram. Na sequência da conferência de Jomtiem de 1990, que preconizava “Educação para Todos”, e cujas directivas foram ratificadas por muitos países africanos, emergiram vários alertas sobre os riscos que os países do Sul corriam se negligenciassem o ensino superior para priorizar a educação básica (Brock-Utne,2003). Isso não evitou entretanto o corte dos financiamentos ao ensino superior público, ao que se seguiram as políticas que preconizavam a diversificação do ensino superior, ou mais concretamente, a atenção que se deveria dar ao ensino privado e às instituições de ensino superior não universitárias (Brock-Utne, 2003).

Com a globalização de uma agenda neoliberal e o conseqüente domínio e controle de todas as formas de reprodução social, o sector educacional é obviamente afectado. Neste processo, a nova forma de inserção social da produção científica transforma a universidade num alvo estratégico para a reorganização da sociedade e do capital, matando as conquistas da universidade pública nacional. Nas palavras de Shivji, com a ofensiva neoliberal a universidade transformou-se num elefante branco, foi condenada, e o projecto nacionalista abortado (Shivji, 2005).

### **A Crise das Décadas e 80 e 90 e a Universidade do Século XXI**

A privatização da educação que passa por etapas diferenciadas nos vários países do continente africano, se por um lado leva à redução de recursos para o ensino superior público e à realocação dos recursos estatais para a educação básica, em outros casos

leva a um deslocamento de recursos públicos e de agências doadoras para o sector privado, num processo também marcado pelo deslocamento das instituições públicas para a esfera do direito privado.

No continente africano, em muitos países, os finais da década de 80 e a década de 90 são apontados como períodos ligados a uma abertura democrática, e são também marcados por um ampliação da esfera pública frente à esfera privada. No entanto, são também períodos em que a educação deixa de constituir-se como um “projecto do Estado” e abre caminho para uma comodificação de serviços na educação superior, uma vez que transfere para o sector privado parte das tarefas de execução das políticas sociais, subordinando-se às determinações do mercado. Por outras palavras, e fazendo justiça à análise do sociólogo Boaventura de Sousa Santos sobre as universidades do século XXI, as universidades públicas perdem a prioridade enquanto “bem-estar público” (public good) produzido pelo Estado, passando a educação de um estado de “bem-estar público” (public good) a “bem-estar colectivo”, que não deixando de ser público não tinha necessariamente que ser exclusivamente apoiado pelo Estado (Santos, 2006).

Na sua nova roupagem identitária, a universidade deve a partir de então passar a ser uma organização prestadora de serviços regida por contratos de gestão e avaliada por critérios de produtividade. Guiado pela relação entre custo e benefício, impondo por conseguinte critérios administrativos de controle de qualidade, este modelo aprofunda: i) a cisão entre o ensino e a pesquisa, submetendo ao mesmo tempo a produção científica ao desenvolvimento da tecnologia; ii) implosão de ingressos e massificação do ensino superior, sem que para isso tivesse havido um investimento em infra-estruturas adequadas, reforço financeiro e crescimento qualitativo e quantitativo do corpo docente; iv) problemas de qualidade e equidade, tudo isso, num sistema de educação superior tendenciosamente excludente. Neste processo, viabiliza-se a difusão do conhecimento em detrimento da sua produção e a submissão dos objectivos da universidade aos interesses empresariais. A universidade vê-se tolhida no seu papel emancipador e passa a desempenhar um papel reprodutivo e conservador. Estamos assim perante os perigos para os quais Habermas chamou a atenção, ao rever os seus argumentos sobre a esfera pública, ou seja, a tensão entre a acção comunicativa e a acção instrumental, que também afectou o ensino superior na Europa (Habermas, 1994). As demandas impostas pela globalização neoliberal e pelas políticas dos governos locais, colocaram em causa quer a autonomia universitária, quer a liberdade académica,

forçando a universidade a concorrer em situação desigual no mercado de serviços universitários, obrigando-a deste modo a buscar novas dependências, ao mesmo tempo que limitava a sua capacidade de produção e difusão de um pensamento crítico(Santos, 2006), susceptível de contribuir para a emancipação dos povos. Esta situação testemunha bem os processos de luta para redesenhar a esfera pública (Sall,Lebeau& Kassimir, 2003), que tão bem caracterizam estes períodos, assumindo características mais graves no contexto de países marcados por governos autoritários e repressivos que a todo o custo procuram cercear a liberdade académica e a consequente autonomia das instituições.

Depois de uma década de pressões sobre os países em desenvolvimento para cortar os financiamentos ao ensino superior priorizando a educação básica, o novo milénio abre com novas directivas das agências financiadoras internacionais (World Bank, 2000; World Bank, 2002), onde se destaca o papel da educação terciária como sendo essencial para o desenvolvimento de uma nação e o encorajamento das agências doadoras para o financiamento do ensino superior. Estas políticas não mudaram todavia a agenda neoliberal do Banco Mundial, já que um aprofundamento das reformas do Estado tem implicações nas instituições públicas como a educação, colocando-as ao serviço do capital, onde a educação se deve tornar um serviço comercial subordinado às leis do mercado internacional. A privatização dos serviços sociais públicos tende a aprofundar as condições históricas de discriminação e a negação dos direitos sociais, onde se inclui a educação, à maioria da população.

## **2- As Universidades Africanas e o Papel do Codesria**

Como nos foi possível constatar, o ensino superior no continente tem vivido desde as últimas décadas do século XX sob a sombra de sanções internacionais. Os processos de liberalização que marcaram este período encorajaram o crescimento das instituições de ensino privado nos diversos países do continente. Os programas de ajustamento estrutural, ao aceleraram a corporização da administração com carácter empresarial na universidade africana, produziram impactos pesados na sua agenda intelectual, situação acompanhada pela contracção de recursos financeiros, e agravada pelo abaixamento dos padrões de qualidade. Apesar das restrições movidas pelas agências internacionais e governos locais sobre as instituições de ensino superior e dos custos onerosos que estas instituições e cidadãos africanos tiveram que pagar e pagam ainda na sequência das reformas levadas a cabo a partir de meados de 1980, persiste no seio da academia a



convicção de que as instituições de ensino superior continuam a ser lugares-chave para o debate académico e para a produção de conhecimento. Ao mesmo tempo, existe a consciência clara de que há ainda muitos desafios a enfrentar para fazer face a uma sociedade de conhecimento.

A universidade e os debates sobre o ensino superior, são universalmente considerados uma “questão pública”, situação que se torna mais acutilante quando discutimos a universidade no continente africano, pelos objectivos que nortearam a sua criação e pelo seu posicionamento hoje em relação à sociedade em que se insere, apesar das profundas alterações que acabámos de mencionar. Independentemente das posições e das agendas das agências multilaterais, é também consensual que o ensino superior é de vital importância para a resolução dos problemas económicos e sociais que os países africanos enfrentam, sendo por isso tratado como um “bem-estar público”(public good), que é necessário preservar, mas sobretudo transformar, principalmente quando, i) as reformas dos últimos anos apontam para um sistema excludente, com marginalização dos grupos sociais mais empobrecidos, onde estão naturalmente incluídas as mulheres africanas (Mama, 2003; Swayerr, 2004), e ii) quando as políticas neoliberais induzem as universidades a passarem do estado de “bem-estar público” a de “bem-estar colectivo” (Santos, 2006).

Quando se discute o ensino superior, o caminho mais fácil e tentador, mas provavelmente o mais nocivo, consiste em identificar e “bater” numa infundável lista dos malefícios causados pela agenda neoliberal às instituições de ensino superior. Sem pretender ignorar que essa lista é necessária e fundamental, não podemos perder de vista, como dizia Paulin Hountondji, numa frase que considero sempre actual, que é necessário ir para além do diagnóstico da situação, evitando o que nas suas palavras não passa de alimentar o discurso da recriminação tão familiar em África, através do qual se tende a imputar aos outros todas as desgraças e coisas erradas (Hountondji, 1995), sendo necessário procurar soluções para os problemas, formular um pensamento criativo e encontrar possíveis estratégias para negociar com os vários actores em jogo. Dado o seu mandato e missão, o CODESRIA não pode de modo nenhum ignorar os contextos em que evolui o ensino superior em África, já que os mesmos também produzem impactos negativos à realização dos seus planos programáticos.

Desde o período da sua fundação, o CODESRIA caminhou sempre de mãos dadas com a comunidade académica. Para isso, ao longo dos anos ajustou a sua missão para fazer face aos processos de desenvolvimento, crises e processos de transição cujos contextos

afectaram o desenvolvimento das universidades e do ensino superior em geral, de forma a garantir, consolidar e expandir um espaço intelectual independente, apoiando ao mesmo tempo o fortalecimento das instituições produtoras de conhecimento no continente através de iniciativas de colaboração independentes. Neste processo os seus parceiros privilegiados foram e são as universidades públicas.

A promoção e defesa da liberdade de pensamento e da autonomia das instituições de pesquisa sempre foi um elemento chave no mandato do CODESRIA. Esta vertente foi no entanto reforçada em ocasiões em que os autoritarismos políticos impediram e/ou continuam a impedir em alguns casos, o exercício desse direito pela colectividade académica. A comunidade africana de pesquisadores das áreas de ciências sociais e humanidades, cresceu em condições de extrema repressão. A história do CODESRIA contém imensas ilustrações da forma como o Conselho lidou várias vezes com situações desta natureza, onde se protagonizaram formas violentas de impedimento do exercício do direito à liberdade académica e ao exercício da cidadania (Mkandawire,1999). Nos 35 anos da sua existência, o CODESRIA foi assim um actor de destaque no processo de reflexão sobre o desenvolvimento do continente africano, e na procura constante de soluções para os seus problemas. Poderíamos mesmo dizer que a nível panafricano, o Conselho sempre se distinguiu pela procura de diferentes formas de descolonização da produção do conhecimento, oferecendo apoio institucional e alternativas à comunidade de investigadores, em contextos de crise.

Dando voz aos intelectuais africanos, paulatinamente, o Conselho abriu janelas de oportunidades para a cooperação na pesquisa e o diálogo no continente, nas vertentes sul-sul e sul-norte, estimulando e desenvolvendo redes de pesquisa a diferentes níveis, nos planos nacional, regional e internacional. O CODESRIA lutou e continua a lutar pelo desenvolvimento de formas mais horizontais de colaboração entre o norte e o sul, entre indivíduos e instituições do sul e entre africanos e seus descendentes no norte e no continente, lutando ainda para a manutenção de uma ligação permanente com os africanos na diáspora. Essas actividades são realizadas através de programas e debates sobre temas de pesquisa que são o cerne da agenda intelectual do CODESRIA, como aparece especificado nos seus planos estratégicos. Esses planos, embora apresentem programas inovadores, reflectem ao mesmo tempo a necessidade de reforçar e focalizar as nossas acções em questões que respondam à problemática do desenvolvimento do continente, com aproximações de carácter teórico-metodológico.

Obviamente que ao longo dos seus 35 anos o CODESRIA passou por um processo marcado por altos e baixos, crises internas mas também processos de crescimento, tendo conseguido fazer frente às lutas pela imposição de agendas de pesquisa externas e contextos académicos que tendem a minimizar e ensombrar a visibilidade da academia africana. As reflexões e a reproblemática da noção de parceria, um aspecto fundamental para os princípios que guiam o CODESRIA e um elemento vital para o garante da liberdade académica, a autonomia intelectual e a integridade da instituição, continuam a fazer parte das discussões que se situam no processo de construção de uma plataforma de colaboração para a pesquisa, feita na base da igualdade. Particularmente agora em que vivemos num mundo marcado por assimetrias extremas onde a opulência e a pobreza se expressam não só em termos de classe, mas também em termos étnicos, raciais, de género e até de gerações, os contextos em que o CODESRIA actua obrigam esta instituição a direccionar os seus programas de trabalho e a sua agenda intelectual para responder aos desafios colocados por este ambiente de trabalho à comunidade de pesquisadores. O Plano estratégico do Conselho para 2007-2011: *Consolidação e Renovação nas Ciências Sociais em África*, para além de ser um claro testemunho dos esforços feitos para que de uma forma criativa os cientistas sociais e das humanidades possam enfrentar as barreiras que lhes são colocadas na universidade do século XXI, ao sublinhar que: “A relação histórica criada pelo conselho com os seus financiadores principais -Africanos e não Africanos- foi marcada pela variedade de princípios, que lideram a não negociabilidade da autonomia institucional do CODESRIA, a liberdade académica dos intelectuais africanos e a rigorosa justificação de todos os fundos recebidos”( “The historic relationship which the Council built with its core funders – African and non African- has been premised on variety of principles, chief among them the non-negotiability of CODESRIA’s institutional autonomy, the academic freedom of the African scholars, and rigorous accountability for all funds received”), revela como o CODESRIA foi capaz de desenhar estratégias para reforçar com os seus diferentes parceiros, uma relação de cooperação baseada no respeito pela soberania e autonomia de parte a parte, sem pôr em causa a sua integridade.

### **3- A Missão Social da Universidade e os Desafios do Futuro**

A emergência da maioria das universidades africanas durante o século XX, seja sob a bandeira do pan-africanismo, do nacionalismo ou do desenvolvimentismo, aparece associada ao projecto de construção de uma nação, e na procura de respostas directas às

demandas da resolução de problemas nacionais. Tratava-se assim, de uma universidade pública gerida e financiada como uma instituição do aparelho de Estado.

A imposição da agenda neoliberal aos governos africanos e a consequente reforma institucional que introduz na esfera social a racionalidade capitalista e privada, impõe à universidade a transformação da sua identidade, que deve a partir de agora guiar-se pelas lógicas do mercado. Colocada perante um cenário de contracção de financiamentos do Estado ao ensino superior, ao mesmo tempo que as demandas políticas e do mercado pautam a eficiência das universidades por um critério de custo-benefício, conduzindo deste modo estas instituições para a procura de financiamentos alternativos no mercado da educação, as universidades são também, e consequentemente, cerceadas na sua autonomia científico-pedagógica, criando novas dependências.

Colocada perante um deslocamento do seu papel social e a consequente desvalorização do seu papel como instituição fundamental para a produção do saber, a universidade pública vê-se confrontada com uma crise de legitimidade, que não pode ser dissociada da sua crise institucional e financeira, pela inter-relação existente entre as causas externas e internas que acabámos de mencionar, que levam à perda da sua autonomia. Neste processo de crise, as universidades africanas se situam em alguns contextos semelhantes às das instituições de ensino superior em outras partes do mundo, particularmente do Sul, já que as transformações da economia política global e as demandas da agenda neoliberal ditaram as formas de produção de conhecimento a nível global e local (Swayerr, 2004), que produziram nas universidades, mesmo que a compassos e formas diferentes, uma tripla “crise de hegemonia, legitimidade e institucional” (Santos, 2006;2008).

### **A legitimidade perdida e a crise institucional: como lidar com elas?**

Colocada perante um sector extremamente diversificado, a universidade africana do século XXI, tem que repensar o seu mandato e a sua missão, em função das novas roupagens identitárias que foi assumindo a partir de meados de 80. No entanto, como sublinhámos na introdução a este texto, prevalece a interrogação se a universidade e a comunidade de pesquisadores das ciências sociais e humanidades estarão realmente preparados para enfrentar esta crise, buscando soluções e ultrapassando a fase de mera luta por processos de ajustamento e sobrevivência às diversas mutações de natureza política e económica que causaram impactos directos sobre os sectores sociais públicos.

Uma resposta tentativa a este questionamento, passa necessariamente por outra interrogação, ou seja, como fazer face à legitimidade perdida e à crise institucional que vem afectando as universidades africanas?

Nas suas análises sobre o futuro das universidades e formas de superação da crise, a nível mais global e a nível das universidades africanas, Boaventura de Sousa Santos (Santos,2006) para o primeiro caso, e Akilagpa Swayerr para o segundo (Swayerr, 2004), na discussão sobre a procura de respostas para a solução da crise, chamam a atenção para o risco que a universidade do futuro corre, se os dirigentes universitários por um lado se limitarem a “liderar inércias” (Santos, 2006:45) em vez de procurar soluções, e por outro lado, se em nome da “sobrevivência da instituição” cederem pontos que se prendem com os valores fundamentais que orientam a missão das universidades, como lugares de aprendizagem, reflexão e debate (Swayerr, 2004:23). Isto significa a meu ver, que os próximos passos devem levar a comunidade académica a usar o seu saber para recuperar a possibilidade de poder separar os valores intelectuais dos interesses do mercado (Swayerr, 2004; Mamdani, 2007), colocando esse mesmo saber ao serviço de uma universidade mais inclusiva, do ponto de vista de classe, género e geração e mais auto-sustentável, de modo a resgatar o seu papel de “bem-estar público”. Neste processo não podemos entretanto perder de vista que o século XXI traz ainda outras ameaças que atingem já com algum impacto outras universidades do Sul, mais do que as africanas no presente contexto, como são a transnacionalização do mercado de serviços universitários e sua intensificação, numa situação em que se acentuam as desigualdades entre as universidades do Norte e as do Sul, numa sociedade global marcada pela revolução das tecnologias de informação e comunicação.

### **Que papel para o CODESRIA?**

Na dupla crise de legitimidade, institucional /financeira que afecta as universidades africanas, colocamos como pontos fulcrais a perda de autonomia que arrasta atrás de si, num processo interrelacionado, com a liberdade académica. Se tomarmos como exemplo o estudo de Mahamood Mamdani (Mamdani, 2007), sobre a Universidade de Makerere, facilmente verificaremos que o alvo preferencial das políticas reformistas do Banco Mundial para comodificar o ensino, foi atacar a autonomia universitária, para isso visando como alvos importantes a autonomia das Faculdades/Departamentos e Institutos. Estes, são então transformados por um lado, em unidades geradoras de recursos, com uma compulsão para o ensino (remunerado) em detrimento da

investigação, e por outro lado, dependentes de outras doações e recursos financeiros não necessariamente, ou exclusivamente provenientes do orçamento do Estado, mas que os deixam reféns das imposições do mercado ou das agências financiadoras.

No seu artigo sobre as três gerações de académicos africanos – “Three Generations of African Academics : a Note” - publicado em 1995 (Mkandawire,1995), Thandika Mkandawire faz uma reflexão seminal sobre o futuro das universidades africanas, que considero incontornável para qualquer estudioso que queira perceber as mutações passadas pelas universidades africanas modernas depois das independências nacionais e os riscos que o processo de reprodução intelectual corre se não forem tomadas medidas que visem os jovens académicos africanos da “terceira geração”<sup>2</sup>, que garantem hoje, uma boa parte do funcionamento das nossas universidades. Se recordarmos que outros estudiosos do ensino superior em África, para o mesmo período, colocam em relevância o envelhecimento das Faculdades de Ciências Sociais e Humanidades, com a reforma de muitos académicos que fizeram escola nas décadas de 70 e de 80, o desencanto da segunda geração de académicos africanos e uma fosso que se vai aprofundando entre estas gerações e os mais jovens, deveremos revisitare as reflexões de Mkandawire (1995), para a busca de soluções a longo prazo, que nos permitam, resgatar o papel da universidade como “bem público”, devolvendo às Faculdades uma autonomia real e apostando para isso nas novas gerações.

O Plano Estratégico do CODESRIA para o período 2007-2011, apresenta-se: i) extremamente sensível ao contexto em que se desenrolam as reformulações identitárias das universidades, ii) recupera as reflexões de Mkandawire sobre o papel do Conselho no reforço da liberdade académica (Mkandawire, 1999) e seu real exercício pelos académicos africanos, e iii) sublinha a necessidade de investir na terceira geração de académicos africanos. Tendo nascido numa África independente, esta geração passou por percursos universitários marcados muitas vezes pela prepotência, autoritarismo e

---

<sup>2</sup> A primeira geração de académicos africanos fez os seus estudos em algumas das melhores universidades Americanas ou Europeias, tendo regressado aos seus países animados pela euforia das independências e participado na fundação de novas instituições de ensino e pesquisa, sendo os fundadores do CODESRIA e AAPS; a segunda geração, também formada no estrangeiro, depois de uma graduação feita no país, regressou ao país depois da sua formação, animados que estavam pela grande expansão das universidades, sendo que muitos acabaram por constituir a primeira vaga de “fuga de cérebros”, vítimas de desencantamento. Quer a primeira quer a segunda gerações tinham bastante mobilidade e acesso a contactos com outras instituições estrangeiras e acesso aos debates actualizados nas suas áreas de trabalho. Finalmente a terceira geração, “produzida localmente”, tendo entrado para a graduação na década de 80, receberam a formação em situações de extremas dificuldades enfrentadas pelas universidades, onde primavam a falta de livros ou meios de comunicação e tecnologias de pesquisa. Trata-se de uma geração pouco familiarizada com os mais importantes debates teóricos internacionais, tendendo a ser extremamente descritiva.

burocratização, e foi também marcada por uma crise de recursos institucionais, “fome” de literatura e dificuldades de interação intelectual. No entanto, a comunidade de académicos africanos deve ainda lutar para que as universidades possam garantir a reprodução intelectual, traçando para isso planos a longo prazo que resgatem a universidade, devolvendo-lhe a sua missão, num espaço público crítico e emancipador. Num editorial para a revista *African Journal of Political Economy*, publicado em 1996, Claude Ake escrevia:

“Unless we strive for endogeneous development of science and knowledge we cannot fully emancipate ourselves. Why this development must be endogenous should be clear for it is not a question of parochialism or nationalism. The point is that even though the principles of science are universal, its growth points and the particular problems which it solves, are contingent on the historical circumstances of the society in which the science is produced”(Ake, 1996: iii)

O pensamento crítico de Claude Ake e a sua incessante batalha para colocarmos as ciências sociais ao serviço da paz e de um desenvolvimento humano que seja digno, continuam actuais. Temos entretanto que ficar atentos às ameaças que pairam sobre a universidade africana, para não correremos o risco de como dizia Ake, sob a capa da democracia, participarmos na construção da nossa própria pobreza, formando cidadãos aptos a contribuir para a marginalização do continente africano.

### **Agradecimentos**

Agradeço aos colegas Elísio Macamo e Conceição Osório, pelos comentários à primeira versão deste texto.

### **Referências Bibliográficas**

- Ake, C. (1986) “Editorial” *African Journal of Political Economy*, iii.
- CODESRIA (2007) *Consolidação e Renovação nas Ciências Sociais em África. Plano Estratégico 2007-2011*. Dakar: CODESRIA.
- CODESRIA (2007) *Consolidation and Renewal in African Social Research. Strategic Plan 2007-2011*. Dakar: CODESRIA.
- Brock-Utne, B. (2003) “Formulating Higher Education Policies in Africa: the pressure from external forces and the neoliberal agenda. *Journal of Higher Education in Africa* 1(1):24-57.

- Habermas, J. (1994) *Teoría de la acción comunicativa: Complementos y estudios previos*. Madrid: Catedra.
- Hountonji, P. (1995) "Producing Knowledge in Africa Today. The Second Bashorum M.K. Abiola Distinguished Lecture". *African Studies*, Vol. 38, No. 3 (Dec.) 1-10.
- Mama, A. (2003) "Restore, Reform but not Transform: the gender politics of Higher Education in Africa" *Journal of Higher Education in Africa* 1(1):101-125.
- Mamdani, M. (2007) *Scholars in the Marketplace: the dilemmas of neo-liberal reform at Makerere University, 1989-2005*. Dakar: CODESRIA.
- Mkandawire, T. (1995). "Three Generations of African Academics: A Note". *Transformation* 28.
- Mkandawire, T. (1999) "Social Sciences and Democracy: debates in Africa". *African Sociological Review*, 3.1. 1999, 20-34.
- Olukoshi, A. & Zeleza, P. eds (2004) *African Universities in the Twenty-First Century*. Dakar: CODESRIA.
- Sall, E.; Lebeau, Y.; Kassimir, R (2003) "The Public Dimensions of the University in Africa". *Journal of Higher Education in Africa* 1(1): 126-148.
- Santos, B.S. (2008) "Da Ideia de Universidade à Universidade das Ideias". In: Santos, B.S.S & Almeida Filho, N. *A Universidade do século XXI: para uma universidade nova*. Coimbra: Almedina.
- Santos, B.S. (2006), "The University in the 21st Century: Towards a Democratic and Emancipatory University Reform", In: Rhoads, R. e Torres, C.A. (org.), *The University, State, and Market. The Political Economy of Globalization in the Americas*. Stanford: Stanford University Press, 60-100.
- Shivdji, I. (2005) "Whiter University?" *Codesria Bulletin*, Nos 1&2, 2005:3-4.
- Swayerr, A. (2004) "Challenges Facing African Universities: selected issues". *African Studies Review*, Vol. 47, no.1, Apr 2004, pp.1.59.
- UNESCO (2003) *Recent Developments and Future Prospects of Higher Education in Sub-Saharan Africa in the 21<sup>st</sup> century*. Document prepared by UNESCO office in Dakar and Regional Bureau of Education and UNESCO Harare Cluster Office. Paris.



- World Bank & UNESCO (2000) *Higher Education in Developing Countries: Peril and Promise*. Published for the Task Force on Higher Education and Society by World Bank. Washington, D.C.: World Bank.
- World Bank (2002) *Constructing Knowledge Societies: New Challenges for Tertiary Education*. Washington, D.C.: World Bank.